

Afinal, o que é o campo? As visões urbano-centradas, o que todos pensamos do campo e o que pensam de si próprios os que julgam viver nele.

Hélder Marques - htrigo@letras.up.pt ; Teresa Sá Marques - teresamarques@gmail.com ;

urbanidade, ruralidade, processos_de_urbanização_e_desruralização, imaginário_territorial, Portugal.

A tradicional visão dicotómica que estabelecia uma clara destrição entre espaços rurais e espaços urbanos perdeu, como se sabe, uma boa parte do seu poder heurístico. Ainda assim, a simplicidade do desigual nunca escondeu ou escamoteou o facto de sempre terem existido ruralidades e não uma ruralidade específica, já que é a longa espessura histórica a matriz definidora da diversidade dos territórios da ruralidade, o que permanece, ainda que hoje possa ser apreendida de forma menos substantiva e se configure numa adjectivação relativamente restrita e repetitiva que pretende recobrir numa formulação discursiva mais ou menos estereotipada, a fâcies específica de cada um dos territórios da ruralidade actual.

Acrescente-se que também não é indiferente, também no tempo, o que parece ser a principal alteração do papel do campo na passagem de lugar de produção material de produtos alimentares para bem de consumo imaterial, ou de como a crescente subalternidade da prática agrícola se traduz no enfatizar de valores patrimoniais e estéticos.

Os territórios da ruralidade mudaram também de significado, apesar dos espaços que mantêm uma actividade agro-florestal, que moldou uma paisagem peculiar por todos apreendida (porque nos foi ensinada), serem esteticamente mais valorizados e não somente enquanto destinos de lazer.

Diversos inquéritos realizados no decorrer dos anos 90 parecem demonstrá-lo. Em 1991, em França, 84% dos inquiridos consideram a floresta como espaço de lazer e reserva natural e não como espaço produtivo, ou, quando se fala de campo tal evoca paisagens para dois terços dos inquiridos e uma actividade agrícola para somente um terço.

Um outro inquérito realizado igualmente em França em 1994, abrangendo os territórios da ruralidade e da urbanidade, e cujos resultados foram apresentados e criticamente tratados por Bertrand HERVIEU e Jean VIARD (1996), procurou escrutinar os seus atributos definidores. Para a grande maioria dos inquiridos o progresso, o trabalho e o medo, associam-se à cidade, sucedendo o inverso (atributos definidores de campo) para a beleza, saúde, solidariedade, liberdade, reforma, religião, conservadorismo, tradição e tranquilidade (Hervieu e Viard, 1996: 14). Registam ainda estes autores que, apesar de não haver grande diferença no tipo de respostas em função do lugar de residência, quando se pergunta se o campo evoca sobretudo uma paisagem ou uma actividade agrícola, a maioria dos agricultores (cerca de 60%) optam

pela segunda hipótese (Hervieu e Viard, 1996: 28). Destaque-se ainda que, mesmo para os mais jovens (com menos de 34 anos), o atributo beleza associa-se maioritariamente (53 %) ao campo, relacionando-o com cidade apenas 39 % (Hervieu e Viard, 1996: 19) e, sublinhe-se também que somente 5 % dos agricultores relaciona liberdade com cidade, enquanto 56 % dos parisienses associa liberdade ao campo.

Uma outra questão que este inquérito pretende esclarecer tem que ver com as homologias conceptuais de rurais e urbanos - Et si tout le monde pensait pareit? (Hervieu e Viard, 1996: 35) -, concluindo os autores que as diferenças se tendem a esbater como resultado dos acréscimos de mobilidade e da difusão / padronização dos meios de socialização. *Ansi, l'école, les médias et les pratiques de mobilité, non seulement le contenu des représentations et des gestes que nous effectuons, mais aussi les sources des clivages qui traversent la société française* (Hervieu e Viard, 1996: 36/37).

Pode-se, então, perguntar quais seriam os resultados se o Inquérito fosse transportado para a realidade portuguesa coeva. É possível que se pudessem registar “enviezamentos” resultantes essencialmente da transição muito recente para a urbanidade e o bem estar social, destacando-se:

- a memória ainda recente nos territórios rurais da pobreza e arcaísmo ante emigração europeia no Norte e migração urbana no Sul;
- a tardia dominância da industrialização que só recentemente suplantou os sistemas produtivos locais e abriu o consumo de massa;
- o ainda muito recente processo de democratização no acesso ao ensino;
- o ciclo produtivista foi sempre limitado e incompleto;
- o facto da urbanização posterior aos anos 60 se ter feito mais sob a forma de novas suburbanidades periféricas no caso da Área Metropolitana de Lisboa, ou semi-urbanidades rurais difusas no Centro e Litoral Norte do país.

O imaginário territorial da população portuguesa relaciona-se fundamentalmente com as mudanças operadas quer na reestruturação dos espaços de vida quer dos espaços vividos. Os intensos processos de urbanização alteraram a forma como os portugueses pensam, entendem ou conceptualizam o território, reconfigurando os mapas mentais e cognitivos da realidade urbana e rural. Quais são, então, as grelhas interpretativas através das quais pensamos, reflectimos as opções de vida, vivemos os espaços quotidianos e fazemos as nossas opções territoriais em termos de trabalho, de espaços de lazer e de locais de residência?

Para tentar entrar neste tema, em constante devir, portanto fluido e movediço, como é o caso da interpretação da leitura das representações territoriais, realizamos um inquérito a 2400 pessoas, distribuídas pelo território do Continente português, segundo uma tipologia territorial (as freguesias foram classificadas em nove classes, desde as áreas centrais das cidades até às áreas rurais regressivas). Este inquérito dirigiu-se sobretudo a famílias com filhos no ensino básico, portanto a pais de família com idades compreendidas sobretudo entre

35 e os 45 anos. Além disso, aplicamos o mesmo inquérito aos directores de urbanismo e ordenamento do território das Câmaras Municipais.

Os resultados desta investigação sugerem que, o que era “campo” ou “rural” passou a ser um mosaico de interpretações, onde as fronteiras e os conceitos não estão bem definidos. Hoje em dia não se pode identificar como rurais aqueles que vivem no campo. As cartas de pertença e a própria consciência que cada um tem do território em que reside, ou em que trabalha, ou que frequenta para outros fins, cruzam-se, interpenetram-se e interligam-se no quotidiano, nas práticas e nos movimentos que diariamente, semanalmente ou anualmente se fazem. Mobilidades, consumos, usos, práticas de vida e sentimentos de pertença recriaram identidades e consciências individuais ou colectivas muito diferenciadas.

A mobilidade residencial da população portuguesa nos últimos cinquenta anos fez com que actualmente uma grande percentagem da população urbana seja fruto do êxodo rural. As vivências sócio-geográficas são muitas vezes normalizadas (vaivém casa – trabalho; férias passadas normalmente nos mesmos locais, saídas aos fins de semana rotinadas, etc). Mas em geral as vivências e suas referências mentais excedem esta forma restrita, simples e, sobretudo, unívoca. Cada passeio na cidade e no campo é um mundo de memórias e de imaginários construídos ou revividos. Os residentes do “campo” são muitas vezes residentes aos fins-de-semana, com práticas locais, que os fazem identificar-se muito mais com esses territórios locais do que com os espaços de trabalho/residência que frequentam durante toda a semana.

Segundo os resultados desta investigação, para a população portuguesa o campo significa (por ordem decrescente) ar puro, sossego, tranquilidade, liberdade, natureza, paz, verde, agricultura e calma. Para os urbanos há uma concepção mítica do campo, pois associam-no sobretudo a tranquilidade, prazer, saúde e religião. Pelo contrário, para os rurais o campo representa a reforma, a morte e o trabalho. O prazer está dominantemente para os urbanos no Campo, enquanto para os rurais na Cidade. É sobre este mosaico de interpretações, de encontros e desencontros, que esta pesquisa se concentra.